

Hormonioterapia e a adequação de gênero no processo transexualizador

Anderson Santos Almeida¹

Resumo: Presente artigo tem como objetivo abordar a relação do uso de hormônios para modificações corporais, com enfoque nas mulheres transexuais. O estudo foi desenvolvido a partir de observação participante, experiências vivenciadas em rodas de conversa e através de entrevista semiestruturada envolvendo um grupo de mulheres transexuais. Os corpos são a referência que retrata nossa identidade, assim esperamos que ele por si só revele a identidade que temos, sem ambigüidade nem inconstâncias. Dessa forma nossos corpos são significados e alterados pela cultura, sendo ele responsável pela aceitação no grupo em que estamos inseridos. Assim existem constantemente as modificações corporais com o intuito de ser bem aceito socialmente. O corpo como representação social marca e determinam os componentes elegíveis dentro da sociedade, elementos carregados de atributos que marcam o masculino e o feminino, sendo esses atributos aplicáveis para todos dentro de uma mesma sociedade. Usando os elementos eleitos pela sociedade como femininos, as mulheres transexuais passam a moldar sua vida dentro desse padrão. É notável que o uso do hormônio é um elemento que contribui de forma significativa para as transformações do corpo com o objetivo de alcançar uma estética correspondente com o gênero identificado tanto para mulheres ou homens que vivem a transexualidade.

Palavras Chave: Hormonioterapia. Mulher transexual. Gênero. Corpo.

Introdução

Os corpos são a referência que retrata nossa identidade, assim esperamos que ele por si só revele a identidade que temos, sem ambigüidade nem inconstâncias. Dessa forma nossos corpos são significados e alterados pela cultura, sendo ele responsável pela aceitação no grupo em que estamos

1 Mestrando em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás

Este artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento, que busca identificar o significado que a espera representa para mulheres transexuais durante esse processo de mudança corporal e de vida.

inseridos. Assim existem constantemente as modificações corporais com o intuito de ser bem aceito socialmente.

O corpo como representação social marca e determinam os componentes elegíveis dentro da sociedade, elementos carregados de atributos que marcam o masculino e o feminino, podendo ser aplicáveis para todos dentro de uma mesma sociedade. Usando os elementos eleitos pela sociedade como femininos, as mulheres transexuais passam a moldar sua vida dentro desse padrão e se distanciar ao máximo de elementos masculinos. É notável que o uso do hormônio, se constitui num processo que contribui de forma significativa para as transformações do corpo, com o objetivo de alcançar uma estética correspondente com o gênero identificado.

Nessa perspectiva no decorrer desse artigo o leitor poderá observar através do material analisado a importância que o hormônio tem na vida de cada mulher, bem como uma reflexão que perpassa sobre gênero, corpo e transexualidade.

Revisitando o conceito de gênero

Ao se discutir transexualidade é importante que se faça uma imersão nos conceitos e abordagens sobre gênero. Gênero é um termo usado para remeter à diferença no caráter cultural entre masculinidades e feminilidades (Piscitelli, 2009). Dentro dessas diferenças, podem ser compreendidos vários elementos culturais, como roupas, brinquedos, cores, gestos, trabalhos, atitudes, entre vários outros que se ouve no dia a dia. No sentido histórico, na nossa sociedade, as mulheres sempre estiveram em uma situação subordinada ao homem, estando inseridas em uma cultura do patriarcado, voltando sua vida ao ambiente doméstico ligadas à reprodução, submetidas à dominação em várias arenas da sociedade. Assim, “gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta” (HARAWAY, 2004, p. 211).

Gênero teve sua primeira aparição nos discursos das feministas americanas que tinham como objetivo reforçar o caráter social das distinções baseadas no sexo. Dessa maneira, ele se referia principalmente aos aspectos relacionais da feminilidade e masculinidade. Importante ressaltar que essas feministas procuravam por meio de seus discursos dar visibilidade para as mulheres, tirando-as da invisibilidade, mostrando que elas tiveram uma participação política e histórica desenvolvida conjuntamente com a história do homem e não separadamente. (SCOTT, 1995).



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

“O termo também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos” (SCOTT, 1995, p.75). Assim não é pautado necessariamente aos aspectos biológicos, que leva em consideração o fenótipo encontrado em cada corpo, sendo pênis para homem e vagina para mulheres. Quando olhado pelo lado da sexualidade o gênero foi capaz de mostrar e diferenciar os papéis adequados que são sugeridos para mulheres e homens das relações práticas sexuais. Dessa maneira vale ressaltar que gênero não é determinado pelo sexo e tão pouco ele determina a sexualidade do sujeito. Joan Scott ainda aborda que existe uma relação de significados que compõe a representação do gênero na sociedade, sendo esse significado o meio para articular as regras ou/e construir o significado da experiência do que é ser mulher ou homem, ou melhor, sem essas concepções não há como entender as relações de gênero (SCOTT, 1995).

Scott divide o conceito de gênero em duas partes, compostas por vários subconjuntos inter-relacionados: primeiramente, aponta o gênero como sendo um elemento que constitui as relações sociais com base nas diferenças percebidas entre os sexos, e em seguida aponta o gênero como uma forma primária de dar significados às relações de poder. A autora aborda também outros elementos que são inter-relacionados a essa conceituação, como por exemplo, os símbolos culturalmente disponíveis. Aplicando essa concepção para essa pesquisa, podemos observar como elementos que constroem uma mulher socialmente (em uma sociedade como a nossa) influenciam a escolha do nome para uma mulher transexual, além do ato de deixar o cabelo crescer e a apresentação de seios bem desenvolvidos com ou sem o uso de silicone, por exemplo.

Seguindo as pistas de Scott, e partindo dos conceitos normativos para os símbolos já definidos socialmente, limitando assim a pluralidade de seus significados, podemos pensar que gênero seja constituído como algo fixo e dificilmente desconstruído. Aqui novamente podemos perceber a compreensão do senso comum de que para ser uma “mulher de verdade” exige-se que o corpo possua principalmente uma vagina e contemple as demais características ditas femininas. Outro elemento é a posição dominante, sendo aquelas que colocam um senso de poder sobre o outro.

Por último, Scott apresenta o aspecto da identidade subjetiva, tendo na psicanálise um olhar sobre a reprodução do gênero, assim a sexualidade biológica de cada indivíduo passa por um processo de aprendizado cultural, quando é mostrado e ensinado para cada uma/um as exigências da cultura em que está inserido/a. Nesse aprendizado é transmitido o que se espera de homens e mulheres. No

entanto, para Scott essa compreensão pode ser problemática, uma vez que homens e mulheres não cumprem literalmente as prescrições de gênero existente em sua sociedade.

A segunda parte da definição de gênero para Scott (1995) é volta para as relações de poder, ou por meio do qual o poder é exercido. Nessa perspectiva ela aborda a questão da diferenciação, através do sexo, onde as mulheres historicamente tiveram seu impedimento de estarem envolvidas em locais de destaque. Trazendo para a realidade da pesquisa, observamos que esse lugar continua sendo dificilmente alcançado, sendo em vários momentos negados para aquelas que se reconhecem como mulheres e que nasceram como transexuais. Portanto, essa relação de poder permanece inerente na sociedade, que elegem aquelas e aqueles que podem ocupar lugares de representatividade social. Dessa maneira "gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece" (SCOTT, 1995, p. 92).

O transfeminismo direciona seu olhar para a realidade que questiona os valores dado as diferenças entre os corpos, na perspectiva de abarcar temáticas que antes não era discutida e nem contemplada pelo discurso feminista. "Reivindica a visibilidade, a autonomia e a emancipação das pessoas trans, opondo-se à estrutura ideológica que marginaliza este grupo social: o cissexismo" (RODRIGUES; CARNEIRO; NOGUEIRA, 2014, p. 139). Cissexismo compreendido como sistema que desvaloriza a experiência da identidade trans nas experiências sexo/gênero, em diversas instâncias sociais, sendo um sistema opressor para a identidade trans.

Assim, traz uma linha de pensamento e prática que rediscute a subordinação morfológica do gênero ao sexo, criticando a prática social que em muito tem servido como forma de opressão para quaisquer pessoas, cuja corpos não estão conformes à norma binária de homens/pênis e mulher/vagina. Transfeminismo engloba também a discussão para aquelas pessoas que são cisgêneras², que em alguma instância não correspondem ao padrão social esperado, seja em características em seu corpo, ou em suas práticas sexuais (JESUS, 2014).

2 Compreende se o termo cisgênero designado para pessoas que se identificam com o gênero atribuído ao seu nascimento.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Olhando a discussão de gênero numa compreensão transfeminista, as pessoas nascem com uma conformação genital específica e pode ou não se tornar alguém que correspondam a essa conformação. Dessa maneira, abre-se um leque para vivenciar de formas distintas e não amarrada a experiência da realidade de cada corpo. No entanto “Gênero, mais que um dado, é uma informação imbuída de querer sobre os seres humanos” (JESUS, 2014, p. 13). Tais querer que visam representar comportamentos, gestos, conformações corporais e também a própria experiência sexual. Assim o transfeminismo tem a finalidade de legitimar a identidade que cada um sente em seu corpo, tendo como foco a reivindicação da autodeterminação sobre o corpo.

Para Jesus (2012), gênero é social e vai além do sexo e o que importa na definição do que é ser homem ou mulher não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. Nessa linha, Butler (2003) afirma que gêneros são significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se limitando ao sexo, visto como “natural”. Gênero é construído socialmente e culturalmente. Butler conceitua gênero a partir da noção de performatividade linguística. Nesse sentido, está preocupada com a questão da (re)produção dos repertórios simbólicos associados a gênero como um processo reiterativo, que se dá por meio da repetição estilizada do e no corpo, sendo esse um processo que nunca se completa: traz fissuras e possibilidades de contestação (ainda que não literalmente intencional) por meio de performances e atos corporais vistos por ela como potencialmente subversivos, uma vez que têm a possibilidade de denunciar o caráter fictício das distinções baseadas no sexo-natureza e dessa “imitação persistente, que passa como real” que seria o gênero.

Assim, para Butler, a distinção entre sexo-natureza e gênero-cultura não se sustenta, uma vez que o próprio campo de inteligibilidade da ideia de sexo-natureza só se dá a partir dos campos discursivos dos dispositivos de gênero. Dessa forma, há uma grande variabilidade nos discursos em torno e a respeito do que é ser homem ou mulher em cada sociedade, ou comportamentos ditos femininos e masculinos traçados para uma cultura.

Sigo a mesma lógica que Berenice Bento (2008) ao afirmar que o sistema binário, masculino x feminino, reflete na construção do sujeito, sendo que o gênero é visto socialmente como um reflexo do sexo biológico, amarrando assim o sujeito à natureza, a qual constrói a sexualidade e posiciona os corpos com as disposições supostamente naturais. Essa amarra do sexo ao gênero fez com que aqueles/as que não se identificavam com o gênero que foi atribuído ao seu nascimento fossem

identificados/as como doentes, por irem contra a “ordem natural” das coisas, como pode ser visto na apresentação dos precursores na discussão sobre transexualidade. Nesse desdobramento que rompe os padrões de gêneros voltados à concepção biológica nos deparamos com a transexualidade, que traz uma nova forma de interpretar e colocar em questionamento essa amarra. Na fala de Alice encontramos a seguinte narrativa a cerca desse desdobramento de gênero.

Transexualidade para mim é uma condição que determinado grupo de pessoas nasce, e que aquilo que elas são fisicamente e aquilo que elas são identificadas pelo físico para sociedade não condiz com o que ela é psicologicamente, só que isso só com o tempo para ela perceber. (Alice, 2016)

Assim as mulheres transexuais reivindicam o papel que sempre fora negado desde o seu nascimento. Sentir se uma mulher em um corpo que não corresponde com o que socialmente esperado para aqueles que tem uma anatomia dita masculina. Portanto a “transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo” (BENTO, 2008, p.19). Nesse desdobramento, começa a busca para modificar e construir em seu corpo, a representação feminina, através de elementos que possam assegurar e transmitir a expressão simbólica de ser mulher.

Transexualidade: perspectivas biológica e sociocultural.

Partindo por outro lado, do conhecimento biológico, encontramos na biomedicina uma visão que vai ao encontro com a anatomia e formação do corpo humano, a qual define a representação social para os indivíduos, em que homens são aqueles que têm pênis e mulheres são aquelas que possuem vagina, sendo essa uma concepção fixa na biologia, que podemos chamar de biologicismo.

O aspecto biológico é uma das dimensões do ser humano, mas não pode ser lida como definitiva ou tomada como base quando a preocupação são os repertórios simbólicos produzidos social e culturalmente e agenciados e corporificados pelas pessoas cotidianamente. Partindo dessa compreensão, podemos dizer que as pessoas transexuais são aquelas que nasceram com sexo biológico diferente de como se sentem em relação ao seu corpo. Por esse fator, a partir de um olhar biomédico, têm convicção de pertencer ao chamado sexo oposto e sentem extremo desconforto com seus órgãos genitais (BARBOSA, 2010; BENTO, 2009; JAYME, 2004; SILVEIRA, 2006) e



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

expressões corporais. Esse desconforto é compreendido pelo Manual Diagnóstico Estatístico de Doenças Mentais (DSM-V), da Associação Psiquiátrica Americana, em sua versão corrente, como sendo uma disforia de gênero. “Disforia de gênero refere-se ao sofrimento que pode acompanhar a incongruência entre o gênero experimentado ou expresso e o gênero designado de uma pessoa” (APA, 2014, 451).

Pensando a questão da transexualidade em seu aspecto social, encontramos no trabalho de Bento (2006) a ideia de que nomear o sujeito como transexual acarreta uma série de expectativas em relação a seu comportamento, que ao mesmo tempo nos fazem classificar uma pessoa como sendo ou não transexual a partir de sua conduta. Essa classificação seria como determinar suas atitudes, assim como atualmente é determinado para homens e mulheres em geral. Portanto, o objetivo desse trabalho não é definir ou construir um significado único para a vivência da transexualidade. Dessa maneira não serão tomadas como uma verdade única às definições da biomedicina elucidadas acima, abrindo-se para a possibilidade de acessar distintas formas como as próprias pessoas que vivem a transexualidade dão significados aos seus corpos.

Colocar a pessoa dentro de uma dicotomia em que ela deve ser o que foi determinado para ela, nos padrões culturais em que está inserida, é uma maneira de silenciar as várias formas de compreender suas experiências e seu corpo. Tais questões já eram abordadas nas perspectivas antropológicas clássicas. “A coerção exercida com o fito de levar o indivíduo a comportar-se como membro de seu próprio sexo, converte-se num dos instrumentos mais fortes com que a sociedade tenta moldar a criança em crescimento nas formas aceitas” (MEAD, 1935, p. 282). Essa coerção é imposta não somente enquanto se é uma criança, mas em todos os momentos da vida, na maneira de falar, andar, gesticular, nos comportamentos em geral. Essa ação nos leva a refletir se há na sociedade uma construção social ideal para o feminino ou masculino se tratando de pessoas transexuais.

Pode se pensar sobre a construção do gênero de uma criança que começa desde a sua formação no útero de sua mãe, onde seus pais escolhem as cores das roupas, os brinquedos, a decoração do quarto, o nome e vários outros itens que contribuem para dizer em qual gênero o bebê deverá ser criado. Esses padrões de escolhas são definidos pela sociedade como elementos para feminino e masculino, que são passados por várias gerações, tornando assim um elemento fundamental para a sociedade em que a criança está inserida.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

O gênero se dá no corpo de cada indivíduo, nessa perspectiva, é importante observar como os corpos são lidos pela sociedade. O corpo como representação social marca e determina os componentes elegíveis dentro da sociedade, elementos carregados de atributos que marcam o masculino e o feminino, sendo esses atributos aplicáveis para todos dentro de uma mesma sociedade (RODRIGUES, 1975). Usando os elementos eleitos pela sociedade como femininos, as mulheres transexuais passam a moldar sua vida dentro desse padrão.

Para Rodrigues (1975), existem intervenientes sociais e culturais que afetam diretamente o corpo humano, como a religião, a classe, o grupo familiar e o lugar onde a pessoa está inserida. São observáveis nas conversas informais realizadas com algumas mulheres transexuais como esses intervenientes agem na vida de cada uma delas, determinando o que é certo ou errado, o aceitável e o inaceitável. Percebemos então, que a norma criada pela cultura, limita a representação social dessas mulheres que acabam sendo jogadas à margem da sociedade.

Esta condição é claramente percebida no depoimento de Alice:

Mas tipo assim, eu procuro ao máximo “me adequar” ao padrão de identificação que a sociedade tem do que é o perfil feminino. Porque querendo ou não, pra você se pôr na sociedade sem sofrer preconceito ou qualquer coisa assim, as pessoas tem que olhar para você e ver que você pertence a tal grupo, porque as pessoas se baseiam muito pela sua imagem, então se as pessoas olharem pra você te verem enquanto uma mulher, no caso você vai ser identificado como gênero feminino. Na família até hoje eu tenho dificuldades, não vou mentir, porque a família aceita mas é aquele aceitar “na boca”. Existem familiares meus que aceitam me ver vestida conforme o gênero feminino, mas tem aqueles familiares que não conseguem de jeito nenhum. [...] Normalmente eu posso me vestir de sapato feminino, posso vestir calça feminina, mas eu tenho que estar com um casaco, folgado, [...] bem folgado, sem decote sem nada. O medo é do meu pai ver meu peito, ele odeia ver decote, ele já me pegou duas vezes vestida, mas preferiu ficar calado (Alice, 2016).

Percebemos na fala de Alice que ela procura ao máximo se enquadrar nos padrões que são reconhecidos socialmente como femininos, porém nem sempre é aceita por sua família a maneira

como ela se veste e/ou se comporta, exemplo disso podemos observar quando o pai critica o uso do decote, o qual é compreendido como um elemento performativo da feminilidade. Alice traz uma grande preocupação sendo “passar despercebida” pela sociedade, ou seja, através dos elementos eleitos socialmente como femininos, ela reproduz em seu corpo o que é aceito e esperado em relação às características construídas em nossa sociedade para uma mulher.

Os corpos são a referência que retrata nossa identidade, assim esperamos que eles por si só exponham a identidade que temos, sem ambiguidades nem inconstâncias. Assim, nossos corpos são significados e alterados pela cultura. Os corpos são fundamentais para a aceitação no grupo em que estamos inseridos/as, dessa forma são modificados os comportamentos, a estética, os valores morais entre outros elementos, com o intuito de ser aceito dentro desse grupo, assim como são diferenciados entre homens e mulheres (LOURO, 2000). Dessa maneira pode ser notada através dos corpos das mulheres transexuais a pluralidade dessas mudanças manifestadas no corpo, demarcando seu significado social, o qual exige ser reconhecido como o gênero vivido.

Construindo o Feminino

No corpo podem ser identificados os símbolos que elegem a compreensão da sociedade sobre o corpo humano como masculino e feminino. Desta maneira, é comum encontrar nas falas das mulheres transexuais, que tentam *passar despercebidas* aos olhos dos outros. Assim sendo, buscam adequar sua aparência com a do gênero que se reconhecem como uma forma de viver bem, com seu próprio corpo e o seu próprio eu.

No relato de Caliandra, esta condição e necessidade de externalizar o seu “eu interior” é evidente.

Mas, eu queria externalizar meu eu mulher pra fora. E coisas no meu corpo que me incomodavam eu passei a querer mudar, o cabelo foi um passo, eu queria mudar o cabelo, não deixaria ele mais curto, eu queria marcar o feminino em mim, eu sentia necessidade de deixar meu cabelo crescer, depilar os meus braços foi outro passo. E saber que o outro olha, o outro vê e o outro reage (Caliandra, 2016).

O cabelo e as vestimentas são algumas das representações que evidenciam o gênero vivido, seguindo assim os padrões que regulam o que é característico do feminino ou do masculino. Nessa perspectiva, cada mulher constrói em seu corpo o feminino esperado pela sociedade. Um elemento que precisa ser destacado na fala de Caliandra é a função do Outro na construção do seu corpo, ter aspectos que marcam o feminino que possam ser interpretados pelo Outro como uma mulher, e a forma de reagir do Outro tem significado na vida de Caliandra e de outras mulheres que vivem a mesma situação. No próximo fragmento Caliandra fala um pouco mais sobre essa relação de modificar o corpo e o comportamento bem como a cobrança que sentia das demais pessoas.

O primeiro passo de me assumir através do meu corpo foi não cortar o cabelo mais, (...) decidi me depilar, eu depilei os braços pela primeira vez e o restante do corpo eu fui depilando quando já estava no processo, mas aquilo era externalizando para a sociedade. Porque você decidir não cortar o cabelo, ele vai crescer, aquilo vai se destacar e o outro vai ver. Eu tive que enfrentar isso e o outro, em uma sociedade pequena cobra muito isso da gente, numa cidade do interior, ‘porque fulano tem o cabelo grande’, ‘corta esse cabelo’, ‘ah não acho que está bonito’, as pessoas começam a dizer. E você tem que aprender a lidar com aquilo (Caliandra, 2016).

Importante ressaltar o poder que essas palavras têm ao transformar um corpo, uma vida, uma história e essas palavras são proferidas pelo Outro a partir de sua experiência. “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou a de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 1989, p.15). Essa legitimidade está evidente na fala e no olhar de cada pessoa para a mulher transexual, uma fala de aceitação, rejeição ou que aprisiona o corpo em uma categoria. Dessa maneira, muitos são aqueles que criam as pessoas transexuais na sociedade, seja na medicina, no direito ou nas políticas públicas.

Sobre essa legitimidade e o poder simbólico que as palavras têm, é perceptível na dissertação escrita por Lucas Freire (2015), na qual o autor mostra o procedimento para que ocorra a retificação cível de uma pessoa transexual ou travestis. Fica evidente que em todo momento é exigida, pelo sistema legal prova de que realmente se vive como mulher/homem, ou seja, o gênero com o qual se identifica. A luta começa quando essas pessoas iniciam a caminhada para provarem o que são,

cabendo a uma pessoa avaliar e dar o parecer concordando que realmente aquele sujeito é uma pessoa transexual ou travesti. O próprio fato de se reconhecer como tal não basta, deve-se provar quem realmente se é.

Vivendo nessa intensa cobrança social que exige que o corpo feminino tenha um *padrão*, as mulheres transexuais fazem o uso dos hormônios como um meio para atingir o modelo esperado. Quando se inicia o processo de hormonioterapia cria-se uma expectativa em relação às mudanças que se esperam em seu corpo. Muitas buscam a inibição do nascimento de pelos no rosto; o desenvolvimento dos seios; mudança no crescimento e textura dos cabelos são algumas das mudanças relatadas por elas. Como podemos ver na fala de Taynara.

O uso da hormonioterapia é vital para a pessoa trans, pois através dela é que começamos a reconhecer nossos corpos, apesar da auto cobrança. Eu já faço uso há 13 anos, mudou muito a estrutura da musculatura corporal, a pele, o cabelo, até o cheiro. Como faz muito tempo que uso, as mudanças estacionaram, mas é de suma importância pra mim, pois faz parte da minha afirmação como mulher. (Taynara, 2017)

Taynara aborda questões que são recorrentes nos discursos das mulheres que vivem nessa realidade; segundo ela a cobrança acontece pela sociedade, e *principalmente, há essa cobrança muito grande do próprio meio [LGBTTI³]. De existir padrões a serem seguidos*. Essas cobranças que recebem em muitos momentos fazem com que partes das mulheres transexuais utilizem a automedicação com utilização de hormônios femininos, conhecido como *autohormonização*, sem o acompanhamento de um/a profissional de saúde, assim como o aumento da dosagem do medicamento para obter um resultado mais rápido. Essa realidade pode ser constatada na fala de Alice, que apesar de ser acompanhada por um/a profissional, fez o uso de outro hormônio com a intenção de ter um resultado mais rápido.

Sobre autohormonização: É eu era louca, conheci uma pessoa que eu não sei falar se era homem ou mulher, e comecei a usar por pouco tempo tipo 1 mês mais ou menos. Porque eu estava começando meu hormônio feminino é o

3 Entende-se como LGBTTI, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais.

“hormônio-A”⁴, eu estava usando 1mg, e ele querendo ou não tem efeitos mais tardios, ou melhor a longo prazo e o hormônio-Y você toma e estoura, e eu queria muito ter peito logo, e aí eu passei um mês, um mês e meio, tomando injeção de hormônio-B a cada 1 ou 2 semanas, eu sei que era errado mais eu tomava, é tanto que meu peito já lactava, e eu fiquei com problemas sérios, daí eu parei quando meu peito começou a lactar, eu disse humm tem alguma coisa errada, daí eu fui e parei, mais eu ficava péssima (Alice,2016).

Hormônio é importante porque é ele quem dá início à possibilidade de fazer com que o corpo se torne mais próximo da forma que me vejo. Fora que ele é quem retira de mim certas reações corporais que eu não gostaria de ter (Alice, 2017).

Essa relação de construir no corpo as expressões de feminilidade faz com que as mulheres tomem iniciativas perigosas e nocivas à saúde. Essa busca consciente de que devem atender a um padrão historicamente construído, para se relacionar com os outros, com a sociedade, e ser aceitas no próprio grupo, são alguns dos fatores que levaram algumas das mulheres que participaram dessa pesquisa a iniciarem a hormonização por conta própria, tomando essas decisões com base nas experiências compartilhadas por pessoas que já passaram pelo mesmo processo, ou que estão no processo de modificação corporal.

Tendo como base as concepções de Bourdieu, podemos entender sobre essa construção que ocorre nesses corpos, para torná-los corpos femininos, atendendo às exigências que foram determinadas e incorporadas historicamente, que “o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 2010, p. 19). Assim, o que deve ser um corpo feminino ou o que é uma mulher é pré-estabelecido mesmo antes do seu nascimento, construído pela sociedade a partir de uma anatomia sexual. Sendo esse mundo social o responsável pela criação da diferença entre os sexos biológicos, e essa diferenciação que

4 Preferir substituir o nome dos hormônios usados pela entrevistada, por “hormônio A” e “hormônio B”, como forma de evitar divulgação do medicamento.

motiva as mulheres entrevistadas a realizar intervenções corporais, com a finalidade de assemelhar seus corpos aos aspectos sociais para a mulher, distanciando ao máximo dos aspectos considerados masculinos.

Para Castro e Sá (2016) o “ser” feminina é o resultado esperado após tantas modificações em seu corpo. O corpo é um produto social desde as dimensões de sua conformação visível, passando até mesmo pela maneira de se portar e se comportar, expressando a relação com o mundo social. É através dele que somos percebidos e nomeados como mulheres ou homens.

Considerações

O uso de hormônio é uma prática comum a todas as mulheres entrevistadas, pode se perceber que muitas fazem seu uso por conta própria, sendo a auto-hormonização. Essa prática é evidenciada por dois fatores principais, primeiro pela dificuldade e demora de realizar acompanhamento com um profissional da área e segundo por almejam um resultado mais rápido. Em alguns casos mesmo sendo acompanhada por um especialista, fazem essa prática com base nas experiências de outras mulheres que passaram pela mesma situação. É o caso de Alice, que mesmo sendo acompanhada, buscou informações para que obtivesse um resultado mais rápido.

Essas constantes buscas de transformações corporais são cobradas e avaliadas a todo instante, a iniciar pela própria mulher que está vivendo essa realidade, pela sociedade e principalmente pelas outras mulheres que já passaram por essa experiência. Seria uma forma de realçar o quão feminina cada uma pode ser. No entanto é importante ressaltar que cada corpo responde de uma forma diferente ao tratamento, sendo assim nem sempre os mesmos procedimentos de modificação corporal atingirá o mesmo resultado que uma outra pessoa tenha obtido.

Diante de todo esse processo que envolve a vivência no gênero feminino, construção do corpo atendendo os detalhes elegidos pelo meio social, o uso de hormônio, essas mulheres precisam em seu corpo afirmar o que sempre foram. Tarefa difícil uma vez que nem sempre são compreendidas com todas suas particularidades e direitos.



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia

Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Referências Bibliográficas:

(APA), American Psychiatric Association. DSM-5: DSM-5 Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARBOSA, Bruno C. Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BENTO, Berenice. A reinvenção corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. In: Revista Bagoas, n. 4, p. 95-112, 2009.

BOURDIEU, Pierre. “A Força do Direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico”. In: O Poder Simbólico. Lisboa: Difel / Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 209-254.

_____. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. In: Sujeitos do sexo/gênero/desejo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Francisco Tiago Costa de; SÁ, Leonardo Damasceno de. Corporalidades em fluxo nos trilhos da prostituição: uma etnografia das travestis e transexuais num bairro periférico de Fortaleza. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 30., 2016, João Pessoa. Anais eletrônicos... João Pessoa: UFPB, 2016. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/30rba/index.php?id=4>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

FREIRE, Lucas M. *A máquina da cidadania: uma etnografia sobre a requalificação civil de pessoas transexuais*. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado, Museu Nacional/UFRJ.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos Pagu, (22) 2004.

JAYME, Juliana G. Travestis, Transformistas, Drag-Queens, Transexuais: identidade, corpo e gênero. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004,



VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia
Instituto de Estudos Brasileiros, USP - 16 a 19 de maio de 2017

Coimbra. Anais... Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. Sexualidades Minoritárias? Identidades, Associações e Movimentos LGBT. Comunicação oral. Disponível: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel3/JulianaJaime.pdf>>.

JESUS, Jaqueline G. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Brasília: Abril, 2012.

_____ Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, J. G. de (Org.) Transfeminismo: teorias e práticas. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014. 206 p.

LOURO, Guacira, L. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org). O Corpo Educado. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

MEAD, Margareth. Sexo e Temperamento. São Paulo: Perspectiva, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa. B.; SZWAKO, José E. Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis&Vertecchia, 2009.

RODRIGUES, José Carlos. Tabu do Corpo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1975.

RODRIGUES, Liliana.; CARNEIRO, Nuno. S.; NOGUEIRA, Conceição. Transexualidades: olhares críticos sobre corpos em crise. In: JESUS, J. G. de (Org.) Transfeminismo: teorias e práticas. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014. 206 p.

SILVEIRA, Esalva M. C. De tudo fica um pouco: A construção social da identidade do transexual. 2006. 304 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2. Porto Alegre: UFRGS, 1995.